



FUNDAÇÃO LIBERTAS DE SEGURIDADE SOCIAL

CNPJ: 20.119.509/0001-65

Registro ANS nº 37821-6

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
NOTAS EXPLICATIVAS E
RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES

PLANO DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE

MODALIDADE DE AUTOGESTÃO

Exercício findo em 31 de dezembro de 2015

QUADRO II - DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO

Descrição	Nota Explicativa	Em R\$ mil	
		Exercício 2015	Exercício 2014
Contraprestações Efetivas / Prêmios Ganhos de Plano de Assistência à Saúde		43.878	39.002
Contraprestações Líquidas / Prêmios Retidos	4.10	43.877	38.910
Variação das Provisões Técnicas de Operações de Assistência à Saúde		1	92
Eventos / Sinistros Indenizáveis Líquidos		(30.907)	(29.703)
Eventos / Sinistros Conhecidos ou Avisados	4.12	(34.721)	(33.494)
Recuperação de Eventos / Sinistros Conhecidos ou Avisados	4.13	2.310	2.553
Outras Recuperações/Ressarcimentos/Deduções de eventos		1.927	1.790
Variação da Provisão de Eventos / Sinistros Ocorridos e Não Avisados		(423)	(552)
RESULTADO DAS OPERAÇÕES COM PLANOS DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE		12.971	9.299
Outras Receitas Operacionais de Planos de Assistência à Saúde		13	2
Outras Receitas Operacionais de Assistência à Saúde Não Relac. com Planos de Saúde da Operadora		3	1
RESULTADO BRUTO		12.987	9.302
Receitas (Despesas) Operacionais		(7.048)	(6.901)
Despesas Administrativas	4.15	(7.047)	(6.900)
Outras Despesas Operacionais		(1)	(1)
Outras Despesas Operacionais com Planos de Assistência à Saúde	4.14	(1.235)	(3.670)
Provisão Para Perdas sobre Créditos		(471)	(1.404)
Outras		(764)	(2.266)
Resultado Financeiro Líquido		1.938	1.196
Receitas Financeiras	4.11	2.037	1.421
Despesas Financeiras		(99)	(225)
RESULTADO OPERACIONAL		6.642	(73)
SUPERÁVIT (DÉFICIT) DO EXERCÍCIO		6.642	(73)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

FUNDAÇÃO LIBERTAS DE SEGURIDADE SOCIAL
Plano de Assistência à Saúde - Modalidade de Autogestão
CNPJ: 20.119.509/0001-65 - Registro ANS nº 37821-6


EDEVALDO FERNANDES DA SILVA

Diretor-Presidente
CPF: 066.381258-50


EUGÊNIA BOSSI PRAGA

Diretora Administrativa e Financeira
CPF: 645.372.346-87 0


CLÁUDIA FERREIRA V. M. DA CUNHA BALULA

Diretora de Seguridade Social
CPF: 834.929.687-910


VANDER JOSÉ RESENDE OLIVEIRA

Gerente Contábil e Tributário
CPF: 04.037.246-60
CRC/MG - 092.660/O-4


FLÁVIA NERISANTOS

Contador
CPF: 065.660.256-26
CRC/MG 099.393/O-0

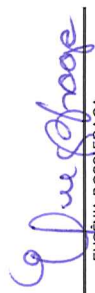
QUADRO III - DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO SOCIAL


Descrição	Nota Explicativa	Em R\$ mil	
		Superávit (Déficit) Apurado	Total
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012		8.938	8.938
Destinação do Déficit:			
Déficit Líquido do Exercício		(1.127)	(1.127)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013		7.811	7.811
Destinação do Déficit:			
Efeitos de mudança de critérios contábeis		(686)	(686)
Déficit Líquido do Exercício		(73)	(73)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014		7.052	7.052
Destinação do Superávit:			
Superávit Líquido do Exercício		6.642	6.642
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015		13.694	13.694


As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras


FUNDAÇÃO LIBERTAS DE SEGURIDADE SOCIAL - Plano de Assistência à Saúde - Modalidade de Autogestão
CNPJ: 20.119.509/0001-65 - Registro ANS nº 37821-6


EDEVALDO FERNANDES DA SILVA
Diretor - P residente
CPF: 066.381258-50


EUGÊNIA BOSSI PRAGA
Diretora Administrativa e Financeira
CPF: 645.372.346-87 0


CLÁUDIA FERREIRA V. M. DA CUNHA BALLULA
Diretora de Seguridade Social
CPF: 834.929.687-910


VANDER JOSÉ RESENDE OLIVEIRA
Gerente Contábil e Tributário
CPF: 041.037.246-60
CRC/IMG - 092.660/O-4



FLÁVIA NERI SANTOS
Contador
CPF: 065.660.256-26
CRC/IMG 099.393/O-0


QUADRO IV - DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA
MÉTODO DIRETO


Descrição	Nota Explicativa	Em R\$ mil	
		Exercício 2015	Exercício 2014
ATIVIDADES OPERACIONAIS			
(+) Recebimento de Planos Saúde		45.985	40.606
(+) Resgate de Aplicações Financeiras		36.984	34.360
(+) Recebimento de Juros de Aplicações Financeiras			
(+) Outros Recebimentos Operacionais	4.16.1	83.464	59.982
(-) Pagamento a Fornecedores/Prestadores de Serviço de Saúde		(31.636)	(29.820)
(-) Pagamento de Comissões			
(-) Pagamento de Pessoal		(4.086)	(4.096)
(-) Pagamento de Pró-Labore			
(-) Pagamento de Serviços Terceiros		(1.287)	(2.645)
(-) Pagamento de Tributos		(1.677)	(1.919)
(-) Pagamento de Contingências (Cíveis/Trabalhistas/Tributárias)		(441)	(1.037)
(-) Pagamento de Aluguel		(167)	
(-) Pagamento de Promoção/Publicidade		(7)	
(-) Aplicações Financeiras		(42.540)	(35.801)
(-) Outros Pagamentos Operacionais	4.16.1	(84.484)	(59.941)
<u>Caixa Líquido das Atividades Operacionais</u>		<u>108</u>	<u>(311)</u>
ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS			
(+) Outros Recebimentos das Atividades de Investimento			
(-) Outros Pagamentos das Atividade de Investimento			
<u>Caixa Líquido das Atividades de Investimentos</u>		<u>0</u>	<u>0</u>
VARIAÇÃO LÍQUIDA DAS DISPONIBILIDADES			
Disponível - Saldo Inicial		65	376
Disponível - Saldo Final		173	65
		<u>108</u>	<u>(311)</u>
Ativos Livres no Início do Período		7.190	5.307
Ativos Livres no Final do Período		14.001	7.190
<u>Aumento/(Diminuição) nas Aplic. Financ. - RECURSOS LIVRES</u>		<u>6.811</u>	<u>1.883</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

FUNDAÇÃO LIBERTAS DE SEGURIDADE SOCIAL
Plano de Assistência à Saúde - Modalidade de Autogestão
CNPJ: 20.119.509/0001-65 - Registro ANS nº 37821-6


EDEVÁLDO FERNANDES DA SILVA
Diretor-Presidente
CPF: 066.381.258-50


EUGÊNIA BOSSI FRAGA
Diretora Administrativa e Financeira
CPF: 645.372.346-87 0


CLÁUDIA FERREIRA V. M. DA CUNHA BALULA
Diretora de Seguridade Social
CPF: 834.929.687-910


VANDER JOSÉ RESENDE OLIVEIRA
Gerente Contábil e Tributário
CPF: 014.037.246-60
CRC/MG - 092.660/O-4


FLÁVIA NERI SANTOS
Contador
CPF: 065.660.256-26
CRC/MG 099.393/O-0

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

31 DE DEZEMBRO DE 2015

FUNDAÇÃO LIBERTAS DE SEGURIDADE SOCIAL

Plano de Assistência à Saúde - Modalidade de Autogestão

CNPJ: 20.119.509/0001-65

Registro ANS nº 37821-6

1 CONTEXTO OPERACIONAL

A FUNDAÇÃO LIBERTAS DE SEGURIDADE SOCIAL é uma Entidade Fechada de Previdência Complementar (EFPC), privada, sem fins lucrativos, que administra planos de benefícios previdenciais e assistenciais. A Fundação foi constituída em 31 de agosto de 1992, por prazo indeterminado, conforme Portaria nº 322 do Ministério da Previdência Social, sob forma de Fundação de direito privado, nos termos do Artigo 5º, item II, da Lei 6.435 de 15 de julho de 1977, revogada pelas Leis Complementares nº 108 e 109, ambas de 29 de maio de 2001.

A Fundação Libertas é o resultado da fusão entre a PREVICAIXA – Fundação de Seguridade Social da Caixa Econômica do Estado de Minas Gerais e a FUNDASEMG – Fundação de Seguridade Social de Minas Gerais.

No mês de Agosto de 2012, a Fundação alterou sua razão social de PREVININAS – FUNDAÇÃO DE SEGURIDADE SOCIAL DE MINAS GERAIS para **FUNDAÇÃO LIBERTAS DE SEGURIDADE SOCIAL**.

A Fundação não gera e nem distribui lucro ou participações em investimentos. A contabilidade está localizada em sua sede, situada no município de Belo Horizonte/MG, e é registrada em livros obrigatórios, com observância das disposições legais vigentes

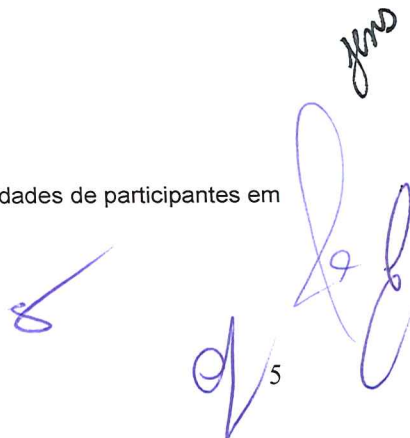
A partir da Lei Complementar 109 de 29 de maio de 2001, as EFPC que, na data da publicação da referida Lei Complementar, prestavam a seus participantes e assistidos serviços assistenciais à saúde puderam continuar a fazê-lo, desde que fosse estabelecido um custeio específico para estes planos e que a sua contabilização e o seu patrimônio fossem mantidos em separado em relação ao plano previdenciário.

Desta forma, a Fundação Libertas administra planos de assistência à saúde na modalidade de AUTOGESTÃO. É registrada na Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS) através do número 37821-6 e é custeada pelas patrocinadoras, participantes e assistidos, conforme o caso. Os planos de Assistência à Saúde, em operação, vinculados à Fundação Libertas são:

- Plano Assistencial Fundação Libertas;
- Plano Assistencial Prodemge;
- Plano Assistencial MinasCaixa;

1.1 Quantidade de Participantes

A Fundação Libertas possuía em 31 de dezembro de 2015 e 2014, as seguintes quantidades de participantes em cada um dos planos assistenciais administrados:



Handwritten signatures and initials in blue ink, including a large signature on the right and a smaller one on the left, with the number '5' written below the large signature.

PLANOS ASSISTENCIAIS								
Planos	2015				2014			
	Ativos / Assistidos	Dependentes	Beneficiário Contribuinte	TOTAL	Ativos / Assistidos	Dependentes	Beneficiário Contribuinte	TOTAL
FUNDAÇÃO LIBERTAS	129	131	66	326	132	139	79	350
PRODEMGE	1.065	1.001	386	2.452	1.058	1.000	380	2.438
MINASCAIXA	2.712	2.339	1.956	7.007	2.903	2.677	2.285	7.865
TOTAL	3.906	3.471	2.408	9.785	4.093	3.816	2.744	10.653

As variações apresentadas entre os exercícios ocorrem devido à movimentação de participantes nos termos dos regulamentos de cada plano. Observam, principalmente: novas adesões; encerramento de vínculo junto ao plano; atualização cadastral; e inscrições/desligamentos de dependentes.

1.2 Outras informações

1.2.1 Planos de Assistência à Saúde Extintos

A Fundação Libertas possui registros patrimoniais referentes aos Planos IMA, MGS e COMIG, que já foram extintos junto à ANS. Os referidos valores são compostos por, em sua maioria, Aplicações Financeiras; Valores a receber de responsabilidade de Patrocinador; e Provisões de débitos, cuja prescrição está sendo apurada.

1.2.2 Planos Previdenciais

Além dos Planos de Assistência à Saúde, a Fundação Libertas administra planos de benefícios previdenciais patrocinados pelas seguintes empresas:

- Companhia de Desenvolvimento Econômico de Minas Gerais (CODEMIG);
- Companhia de Habitação do Estado de Minas Gerais (COHAB/MG);
- Companhia de Saneamento de Minas Gerais (COPASA/MG);
- Companhia de Tecnologia da Informação do Estado de Minas Gerais (PRODEMGE);
- Fundação Libertas de Segurança Social.
- Instituto Mineiro de Agropecuária (IMA);
- Minas Gerais Administração e Serviços S/A (MGS).

2 APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

A partir do exercício social de 2010, as EFPC que operavam plano de assistência à saúde passaram a utilizar as regras da Agência Nacional de Saúde - ANS para os registros contábeis.

Portanto, as demonstrações contábeis da Fundação Libertas a partir do referido ano, foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, estabelecidas pelo Conselho Nacional de Previdência Complementar (CNPIC), Superintendência Nacional de Previdência Complementar (PREVIC) e Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS).

Nos demonstrativos contábeis consolidados, elaborados em conformidade com os normativos do CNPIC e PREVIC, são apresentados apenas os saldos totais do Ativo, Passivo e movimentações patrimoniais ocorridas nos planos assistenciais.

Já as movimentações realizadas em conformidade com as normas da ANS são apresentadas nos Demonstrativos Financeiros dos Planos Assistenciais de forma separada. Os saldos constantes nestes demonstrativos são apresentados de forma consolidada, em relação ao conjunto de Planos de Assistência à Saúde. A movimentação individual relacionada a cada Plano Assistencial é acompanhada de forma gerencial.

2.1 REGISTRO DAS DESPESAS ADMINISTRATIVAS

As despesas administrativas de uma EFPC devem ser registradas no Plano de Gestão Administrativa (PGA), ente contábil criado com esta finalidade. O Demonstrativo do Plano de Gestão Administrativa obedece as regras dispostas pelo Conselho Nacional de Previdência Complementar (CNPIC), e pela Superintendência de Previdência Complementar (PREVIC).

Por consequência, todas as despesas administrativas, bem como as contingências administrativas da Fundação Libertas, inclusive aqueles referentes aos Planos de Assistência à Saúde, são registradas no PGA.

Como a Resolução do Conselho de Gestão de Previdência Complementar nº 29 de 31 de agosto de 2009, define que as despesas administrativas de planos de assistência à saúde sejam integralmente custeadas pelos mesmos, nos Demonstrativos Financeiros dos Planos de Assistência à Saúde constam as despesas Administrativas atribuídas a estes planos.

3 PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As principais práticas contábeis adotadas pela Operadora estão descritas a seguir:

3.1 Moeda funcional e de apresentação das Demonstrações Financeiras

A moeda funcional da entidade é o Real, mesma moeda de preparação e apresentação das Demonstrações Financeiras, que são demonstradas em milhares de Reais, em consonância com o artigo 289 §6º da Lei nº 9.457/97.

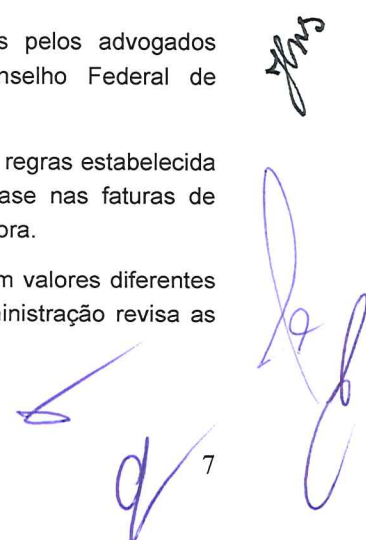
3.2 Estimativas financeiras

A elaboração das Demonstrações Financeiras, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a Administração use de julgamento na determinação e registro de estimativas contábeis.

Ativos e Passivos significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem, dentre outros:

- Ajustes pelos valores de mercado dos ativos classificados em títulos para negociação: apurados conforme manual de precificação do agente custodiante;
- Provisões para contingências: cujas probabilidades de êxito foram informadas pelos advogados responsáveis pelas ações, observadas as diretrizes da Resolução do Conselho Federal de Contabilidade Nº 1.180 de 24 de julho de 2009;
- Provisões técnicas de operações de assistência à saúde: calculadas com base nas regras estabelecida ANS, excetuando-se a provisão de eventos a liquidar, que é calculada com base nas faturas de prestadores de serviços de assistência à saúde efetivamente recebidas pela operadora.

A liquidação ou realização das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados, devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Administração revisa as estimativas e premissas periodicamente.



Handwritten signatures and initials in blue ink, including a large signature on the right and a smaller one at the bottom left.

3.3 Registro dos ativos

Um ativo é reconhecido no Balanço Patrimonial quando for provável que benefícios econômicos futuros sejam gerados em favor da Entidade e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança.

Os ativos são registrados pelos valores de realização, atualizados, quando aplicável, pelos rendimentos auferidos até a data do balanço.

Os ativos são classificados como circulantes quando sua realização ocorre nos próximos doze meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes.

3.3.1 Caixa e equivalentes de caixa

Incluem caixa, saldos positivos em conta de movimento e aplicações financeiras com liquidez imediata e com risco insignificante de mudança de seu valor de mercado. As aplicações financeiras incluídas nos equivalentes de caixa são classificadas como ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado.

3.3.2 Contraprestações pecuniárias a receber

São demonstradas pelo valor nominal dos títulos representativos desses créditos, em contrapartida à conta de resultado de contraprestações efetivas de operações de planos de assistência à saúde. A provisão para perdas sobre créditos de contraprestação efetiva é constituída sobre valores a receber de beneficiários com títulos vencidos há mais de 90 dias para planos coletivos.

3.4 Registro dos passivos

Um passivo é reconhecido quando a empresa possui uma obrigação legal ou é constituído como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo no futuro. São acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias incorridas. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

Os passivos são classificados como circulantes quando sua liquidação ocorre nos próximos doze meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes e atualizados, quando aplicável, pelos encargos previstos.

3.4.1 Provisões para ações judiciais

As provisões de contingências são constituídas para os casos de probabilidade de perda PROVÁVEL cujo desembolso possa ser mensurável, com base na opinião dos assessores jurídicos da Fundação.

A Fundação Libertas também é parte de ações judiciais cuja avaliação dos seus assessores jurídicos é considerada como perda POSSÍVEL ou REMOTA. Para estes casos não existe provisão constituída por não atenderem aos critérios de reconhecimento nos termos da Resolução CFC 1.180/09.

3.5 Apuração do resultado

- **Receitas:** o resultado das transações é apurado pelo regime de competência dos exercícios. As receitas são originadas, principalmente, das contraprestações mensais, além da rentabilidade proveniente de aplicações do seu patrimônio.
 - **Renegociação de débitos:** Eventuais renegociações de débitos realizadas por beneficiários são reconhecidas no momento da liquidação da parcela.

- **Despesas:** O fato gerador da despesa é o atendimento ao beneficiário, contudo, os eventos indenizáveis e seus registros contábeis são constituídos com base no valor das faturas apresentadas pela rede contratada. Naqueles casos em que esse atendimento ocorrer sem o conhecimento da operadora, o reconhecimento da despesa se dá com a constituição da provisão técnica específica (Provisão de Eventos Ocorridos e não Avisados - PEONA), nos moldes da legislação em vigor.

3.6 Instrumentos financeiros

A Fundação valoriza os instrumentos financeiros pelo seu valor justo, sendo demonstrados pelo custo de aquisição mais rendimentos auferidos e/ou mais os encargos incidentes até a data do balanço, ajustado a valor de mercado se aplicável.

O valor de mercado reconhecido em suas demonstrações financeiras representa o montante de caixa que a Fundação receberia (ou pagaria), se a Fundação liquidasse as transações na data do balanço.

3.7 Aplicações financeiras

Os registros da movimentação das aplicações financeiras foram contemplados no grupo de Atividades de Investimentos, em conformidade com as informações constantes no Documento de Informações Periódicas das Operadoras de Planos de Assistência à Saúde - DIOPS.

3.8 Ajuste a valor presente de ativos e passivos

Os saldos dos direitos e das obrigações estão mensurados nas datas dos balanços por valores próximos aos respectivos valores presentes, líquidos das Provisões para Perda sobre Créditos.

4 COMPOSIÇÃO DOS REGISTROS CONTÁBEIS

4.1 Aplicações financeiras

A composição das aplicações financeiras em 31 de dezembro de 2015 e 2014 está apresentada a seguir.

	Em R\$ mil	
	2015	2014
Aplicações Vinculadas às Provisões Técnicas	5.455	4.837
Aplicações Não Vinculadas	14.001	7.189
TOTAL	19.456	12.026

A Fundação Libertas constituiu ativos garantidores com aplicações financeiras que lastreiam as provisões técnicas e o excedente da dependência operacional, cuja movimentação segue regras estabelecidas pela ANS. Os recursos vinculados à ANS estão aplicados em um Fundo de Investimento.

A entidade possui também aplicações financeiras em Fundo de Investimento, que estão livres de vinculação junto à ANS.

As aplicações financeiras distribuídas para cada plano, em operação, são assim demonstradas:

- Plano Assistencial Fundação Libertas: R\$ 2.625 mil

- Plano Assistencial Prodemge: R\$ 5.817 mil
- Plano Assistencial MinasCaixa: R\$ 10.923 mil

4.2 Contraprestações pecuniárias a receber

O saldo desse grupo de contas refere-se a valores a receber das patrocinadoras e participantes dos planos de assistência à saúde administrados pela Entidade, conforme segue:

	Em R\$ mil	
	2015	2014
Contraprestações	4.299	4.266
Provisão para Perdas	(484)	(558)
TOTAL	3.815	3.708

Do total de Contraprestações Pecuniárias a Receber, R\$ 3.685 mil (R\$ 3.560 mil em 2014) representam débitos a vencer; R\$ 130 mil (R\$ 148 mil em 2014), são débitos vencidos em até 90 dias e R\$ 484 mil (R\$ 558 mil em 2014), são débitos vencidos acima de 90 dias.

Foram constituídas Provisões para Perdas Sobre Créditos vencidos em conformidade com os normativos vigentes.

4.3 Coparticipação dos beneficiários

De acordo com as regras dos planos de assistência à saúde administrados pela Fundação Libertas, caso os beneficiários dos planos utilizem certos procedimentos médicos, é cobrado coparticipação em relação ao valor pago. Estes valores são registros no ativo à receber, reduzindo o total das despesas do Plano. Os seguintes registros em 31 de dezembro de 2015 e 2014:

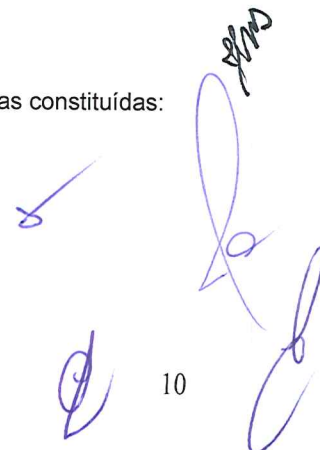
	Em R\$ mil	
	2015	2014
Participação de beneficiários	696	699
Provisão para Perdas	(284)	(277)
TOTAL	412	422

4.4 Depósitos judiciais e fiscais

O grupo contábil demonstra os depósitos judiciais realizados no âmbito dos Planos Assistenciais, no total de R\$ 1.710 mil (R\$ 1.741 mil em 2014). O registro do passivo contingencial referente a esse depósito consta no item 4.7 desta nota.

4.5 Provisões técnicas de operações de assistência à saúde

A Fundação Libertas possui em 31 de dezembro de 2015 e 2014, as seguintes provisões técnicas constituídas:



Em R\$ mil

	2015	2014
Provisão de Eventos a Liquidar para o SUS	897	849
Provisão de Eventos a Liquidar	3.254	3.016
Reembolso de consultas e exames	30	19
Provisão de eventos ocorridos e não avisados (PEONA)	3.730	3.307
TOTAL	7.911	7.190

A Provisão de Eventos a Liquidar para o SUS reflete os valores disponibilizados pela ANS, sem deduzir os valores que podem ser objeto de contestação, por prescrição.

A Provisão de Eventos a Liquidar é constituída para garantia de eventos já ocorridos e ainda não pagos. Essa provisão é realizada pelo valor apresentado pelo prestador ou beneficiário no momento da cobrança à operadora.

A composição dos débitos (exceto a PEONA), por ordem cronologia, é demonstrado da seguinte forma: Os débitos referentes ao mês de dezembro/15, que serão quitados nos meses seguintes, mediante apresentação das respectivas faturas, montam R\$ 2.575 (R\$ 2.347 mil em dez/2014); Caso o prestador de serviço não apresente Nota Fiscal, os valores permanecem provisionados na Fundação. Para esses casos, as provisões para pagamentos cuja data de competência é superior a 120 dias, totaliza R\$ 1.114 mil (R\$ 1.351 em 2014); para aqueles com data de competência até de 120 dias, o valor provisionado é R\$ 492 mil (R\$ 185 mil 2014).

A Provisão de Eventos Ocorridos e Não Avisados tem por objetivo o reconhecimento de valores para fazer frente ao pagamento de despesas que já tenham ocorrido e que não tenham sido avisados pelos prestadores de serviços. É constituída com base em metodologia definida pela ANS.

4.6 Débitos diversos

Apresentamos a seguir a composição analítica dos valores registrados na rubrica contábil "Débitos Diversos" em 31 de dezembro de 2015 e 2014.

Em R\$ mil

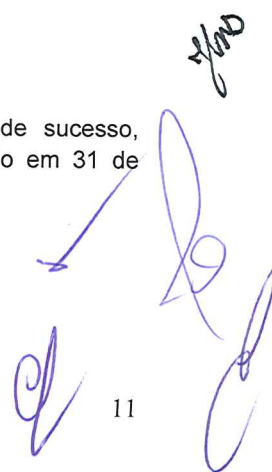
	2015	2014
Reembolso de despesas administrativas ao PGA	692	567
Valores recebidos indevidamente	49	27
Outros	109	90
TOTAL	850	684

Mensalmente a entidade apura, por meio do Plano de Gestão Administrativa (PGA) – conforme item 2.1 dessa nota explicativa - a quota parte das despesas administrativas que são alocadas à gestão assistencial. Tais valores são reembolsados ao PGA pelos planos de assistência a saúde.

4.7 Provisões para ações judiciais

Referem-se a ações judiciais cíveis provisionadas com base na avaliação de expectativa de sucesso, classificadas como perdas prováveis, pela Gerência Jurídica da Entidade. O saldo provisionado em 31 de dezembro de 2015 é de R\$ 2.894 mil (R\$ 2.665 mil em 2014).

Sua composição é detalhada a seguir:



- R\$ 2.039 mil, (R\$ 1.859 mil em 2014) referente à Execução Fiscal promovida pelo Estado de Minas Gerais (PROCON). Para fazer face a essa demanda, consta depósito judicial no valor de R\$ 1.709, conforme item 4.4.
- R\$ 855 mil, (R\$ 805 mil em 2014) referente à questionamento de participantes em relação a procedimentos médicos

Existem, ainda, ações de natureza assistencial, classificadas pelos advogados que patrocinam as causas como Possível e Remota, no montante total de R\$ 5 mil, que não está passível de contabilização, nos termos da Resolução do Conselho Federal de Contabilidade (CFC) nº. 1.180 de 24 de julho de 2009, no seguinte montante:

4.8 Outras discussões judiciais

A Fundação Libertas é parte de discussões no âmbito administrativo e judicial, que envolve seu Plano de Gestão Administrativa (PGA) e que por sua vez podem afetar o resultado dos Planos de Assistência à Saúde, em razão da modificação de expectativa de sucesso, ou com base em reavaliações futuras pelos advogados condutores das ações, são descritas nos tópicos a seguir.

Da mesma forma, eventuais depósitos judiciais realizados pela Fundação em decorrência destes processos, são registrados no mesmo Plano de Gestão Administrativa (PGA). No caso de êxito por parte da Fundação, os valores levantados poderão afetar os resultados dos Planos de Assistência à Saúde.

Já as provisões e passivos contingenciais registrados nos planos previdenciais, não afetam os resultados dos Planos de Assistência à Saúde.

Para estes itens, não se aplica os Pronunciamentos Contábeis nº 36 (Demonstrações Consolidadas) e nº44 (Demonstrações Combinadas), pois trata-se de uma única Entidade.

4.8.1 PIS e COFINS

- PIS - Período de janeiro de 2000 a junho de 2005

Em 29 de junho de 2005, a Fundação Libertas foi autuada pela Secretaria da Receita Federal quanto ao recolhimento de PIS do período compreendido entre os meses de janeiro de 2000 e junho de 2005, procedendo ao Lançamento de Ofício do crédito tributário correspondente, no valor de R\$ 1.530 mil, já incluídos juros de mora e multa proporcional.

Foi contratado escritório jurídico externo para a defesa e acompanhamento do referido processo. Por orientação dos assessores jurídicos, à época, julgou-se desnecessário o provisionamento dos valores. Tendo em vista que a base de cálculo do PIS é o faturamento, argui-se ausência de fato gerador, bem como de receita tributável por parte da Fundação.

Em abril de 2013 foi recebida intimação para efetuar o pagamento dos débitos discriminados, por ocasião do encerramento da discussão no âmbito administrativo. Subsequentemente, a Fundação ajuizou Ação Anulatória de Débito Fiscal, ocasião em que o montante de R\$ 2.534 mil foi depositado voluntariamente em juízo no mês de setembro/2013, para garantia do feito fiscal, embora a perspectiva de perda para essa ação fosse classificada como "possível".

O depósito judicial total envolvendo Planos Previdenciais e Planos Assistenciais, bem como a respectiva provisão contingencial, consta registrado no Plano de Gestão Administrativa, conforme descrito no item 2.1

- PIS - Período posterior a 2006

A partir de 2006 e até o mês de Dezembro de 2014, seguindo orientação dos assessores jurídicos, a Fundação Libertas passou a recolher judicialmente o PIS, que está sendo objeto de questionamento judicial em processo distinto do descrito anteriormente. A perspectiva de perda desse processo é "Possível". O valor atualizado dos depósitos realizados, em 31 de dezembro de 2015, monta em R\$ 1.426 mil.

O depósito judicial total envolvendo Planos Previdenciais e Planos Assistenciais, bem como a respectiva provisão contingencial, consta registrado no Plano de Gestão Administrativa, conforme descrito no item 2.1

Diante da publicação da Lei 12.973 de 13 de maio de 2014 e da Instrução Normativa da Receita Federal do Brasil, nº 1.544 de 26 de janeiro de 2015, que alterou as definições contidas na Lei 9.718, de 27 de novembro de 1998 e no Decreto Lei 1.598, de 26 de dezembro de 1977, a fim de considerar a receita bruta decorrente das atividades ou objeto principal das pessoas jurídicas, como base de cálculo para apuração do PIS, a partir da competência Janeiro de 2015, os valores foram recolhidos normalmente aos cofres da Receita Federal.

- COFINS - Período de janeiro de 2000 a junho de 2005

Em 29 de junho de 2005, a Fundação Libertas foi autuada pela Secretaria da Receita Federal quanto ao recolhimento de COFINS do período compreendido entre os meses de janeiro de 2000 e junho de 2005, procedendo ao Lançamento de Ofício do crédito tributário correspondente, no valor de R\$ 7.429 mil, já incluídos juros de mora e multa proporcional.

Foi contratado escritório jurídico externo para a defesa e acompanhamento do referido processo. Por orientação dos assessores jurídicos, à época, julgou-se desnecessário o provisionamento dos valores, Tendo em vista que a base de cálculo do COFINS é o faturamento, argui-se ausência de fato gerador, bem como de receita tributável por parte da Fundação.

O processo está tramitando na esfera administrativa, junto à Delegacia da Receita Federal. A perspectiva de perda para essa discussão é "possível", na esfera administrativa, razão pela qual não há provisão contábil reconhecida. O valor em discussão em 31 de dezembro de 2015 era de R\$ 13.311 mil. O valor atribuído aos Planos de Assistência à Saúde monta R\$ 3.746 mil (em 31 de dezembro de 2015)

- COFINS - Período posterior a 2006

A partir de 2006 e até o mês de Dezembro de 2014, seguindo orientação dos assessores jurídicos, a Fundação Libertas passou a recolher judicialmente a COFINS, que está sendo objeto de questionamento judicial em processo distinto do descrito anteriormente. A perspectiva de perda desse processo é "Possível". O valor atualizado dos depósitos realizados monta em R\$ 8.709 mil.

O depósito judicial total envolvendo Planos Previdenciais e Planos Assistenciais, bem como a respectiva provisão contingencial, consta registrado no Plano de Gestão Administrativa, conforme descrito no item 2.1

Diante da publicação da Lei 12.973 de 13 de maio de 2014 e da Instrução Normativa da Receita Federal do Brasil, nº 1.544 de 26 de janeiro de 2015, que alterou as definições contidas na Lei 9.718, de 27 de novembro de 1998 e no Decreto Lei 1.598, de 26 de dezembro de 1977, a fim de considerar a receita bruta decorrente das atividades ou objeto principal das pessoas jurídicas, como base de cálculo para apuração do COFINS, a partir da competência Janeiro de 2015, os valores não mais serão depositados em juízo, pois serão recolhidos normalmente aos cofres da Receita Federal.

4.8.2 Autuações ISSQN – PBH

- ISS - Período de janeiro de 1999 a dezembro de 2003

No dia 15 de julho de 2005, a Entidade foi autuada pela Prefeitura Municipal de Belo Horizonte quanto ao ISSQN próprio do período de janeiro de 1999 a dezembro de 2003, procedendo ao Lançamento de Ofício do crédito tributário correspondente, no valor de R\$ 7.374 mil.

Em Novembro de 2012 o processo foi baixado e encaminhando para cobrança, não mais cabendo recurso na esfera administrativa. Por entender que não se verifica nas atividades da Fundação Libertas, a ocorrência de fato gerador do ISS e diante do ajuizamento da execução fiscal, a Fundação Libertas apresentou embargos à execução fiscal.

Os advogados que acompanham a ação classificaram a perspectiva de perda como “possível”, motivo pelo qual a Entidade não efetuou o provisionamento contábil do valor em discussão.

Em dezembro de 2015, a pedido da Fundação Libertas, os advogados atualizaram os valores em discussão, perfazendo o montante de R\$ 22.838 mil. O valor atribuído aos Planos de Assistência à Saúde monta R\$ 16.337 mil. (AITI nº 12404)

- ISS - Período de novembro de 2006 a fevereiro de 2011

No dia 4 de janeiro de 2012, a Entidade foi autuada pela Prefeitura Municipal de Belo Horizonte quanto a suposto crédito tributário devido a título de ISSQN, referente ao período de novembro de 2006 a fevereiro de 2011.

O processo encontra-se em fase administrativa, haja vista o entendimento de que não se verifica nas atividades da Fundação Libertas, a ocorrência de fato gerador do ISS. Os assessores jurídicos classificaram como “possível” a probabilidade de perda, motivo pelo qual não há provisão contábil para o referido auto de infração. O débito atualizado para 31 de dezembro de 2015 é de R\$ 19.461 mil. O valor atribuído aos Planos de Assistência à Saúde monta R\$ 8.762 mil (AITI – 30894-A)

- ISS - Período posterior a Março de 2014

A Fundação Libertas impetrou Mandado de Segurança com pedido de medida liminar, no qual se discute a incidência do ISSQN sobre as receitas decorrentes de suas atividades típicas. Neste Mandado de Segurança também foi requerida autorização para efetuar depósito judicial das supostas parcelas vincendas até ulterior decisão judicial. Desta forma, a partir de Março de 2014, a Fundação Libertas efetua mensalmente os depósitos judiciais, que em 31 de dezembro de 2015 montava em R\$ 3.656 mil, sendo R\$ 2.039 mil referente aos planos previdenciais e R\$ 1.617 mil referente aos planos Assistenciais.

O depósito judicial total envolvendo Planos Previdenciais e Planos Assistenciais, bem como a respectiva provisão contingencial, consta registrado no Plano de Gestão Administrativa, conforme descrito no item 2.1

4.9 Patrimônio social

As reservas do patrimônio social compreendem as sobras de recursos acumuladas dos planos de assistência à saúde operados pela Fundação Libertas. Tais recursos são mantidos para utilizações futuras caso as despesas assistenciais superem as receitas assistenciais. Em 31 de dezembro de 2015 o saldo das reservas é de R\$ 13.694 mil (Em 2014 era R\$ 7.052 mil).

O Patrimônio Social apurado para cada Plano Administrado, em operação, é de:

- Plano Assistencial Fundação Libertas: R\$ 2.367 mil;
- Plano Assistencial Prodemge: R\$ 4.913 mil;
- Plano Assistencial MinasCaixa: R\$ 6.570 mil;

4.9.1 Margem de Solvência

A Margem de Solvência integral, apurada para a Fundação Libertas, no mês de dezembro de 2015, é de R\$ 9.694 mil. Este valor deverá ser observado, em relação ao Patrimônio Social, nos termos da Resolução Normativa nº 209/09.

4.10 Contraprestações líquidas

Referem-se a faturamentos emitidos para cobertura dos planos de assistência médico hospitalar dos patrocinadores e participantes dos planos. Os valores em 31 de dezembro de 2015 montam R\$ 43.877 mil (Em 2014 era de R\$ 38.910 mil). A distribuição para cada Plano Administrado, em operação, era de:

- Plano Assistencial Fundação Libertas: R\$ 1.212 mil;
- Plano Assistencial Prodemge; R\$ 6.810 mil
- Plano Assistencial MinasCaixa; R\$ 35.854 mil

4.11 Receitas financeiras

No grupo denominado Receitas de Aplicações Financeiras está registrada a rentabilidade dos Fundos de Investimentos vinculados e não vinculados à ANS. Além das Receitas Financeiras com Operações de Assistência à Saúde, representadas por juros, multas e encargos registradas no ato do recebimento de contribuições assistenciais em atraso. As receitas financeiras são assim apresentadas:

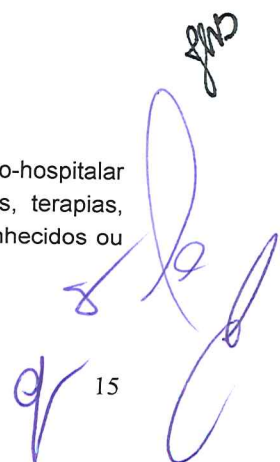
	Em R\$ mil	
	2015	2014
Receitas de Aplicações Financeiras	1.875	1.244
Receitas Financeiras com Operações de Assistência à Saúde	162	177
TOTAL	2.037	1.421

A distribuição das Receitas de Aplicações Financeiras, para cada Plano Administrado, em operação, era de:

- Plano Assistencial Fundação Libertas: R\$ 285 mil;
- Plano Assistencial Prodemge; R\$ 688 mil
- Plano Assistencial MinasCaixa; R\$ 892 mil

4.12 Eventos/Sinistros conhecidos ou avisados

São registrados os eventos conhecidos/indenizações avisadas de internações de assistência médico-hospitalar de planos com preço pós-estabelecido com base em registros auxiliares referentes a consultas, terapias, exames, internações e outras. Em 31 de dezembro de 2015 e 2014 os resultados dos Eventos Conhecidos ou Avisados foram os seguintes:



15

	Em R\$ mil	
	2015	2014
Consultas	4.914	5.229
Terapias e Exames	10.668	10.729
Internações	17.192	16.113
Outros	1.946	1.423
TOTAL	34.721	33.494

A distribuição das despesas totais, para cada Plano Administrado, em operação, era de:

- Plano Assistencial Fundação Libertas: R\$ 825 mil;
- Plano Assistencial Prodemge: R\$ 6.129 mil;
- Plano Assistencial MinasCaixa: R\$ 27.759 mil.

4.13 Coparticipação

Os recursos recebidos à título de coparticipação durante o exercício de 2015, totalizou R\$ 2.310 mil. Sendo: R\$ 56 mil referente ao Plano Assistencial Fundação Libertas; R\$ 413 mil referente ao Plano Assistencial Prodemge e R\$ 1.841 mil referente ao Plano Assistencial MinasCaixa.

4.14 Outras despesas relacionadas com planos de saúde

Registra o montante relacionado às outras despesas operacionais com planos de assistência à saúde, tais como: INSS patronal sobre serviços assistenciais (R\$ 449 mil); provisões de reclamações judiciais não cobertas no Contrato (R\$ 315 mil). Consta também, registro de Provisão para Perda de Contribuições em Atraso no valor de R\$ 471 mil. Em 31 de dezembro de 2015 estes registros totalizaram R\$ 1.235 mil (31/12/2014 – R\$ 3.670 mil).

A partir do exercício de 2015, a Fundação Libertas passou a registrar despesas pagas à Prestadores de Serviço conveniados, juntamente com as despesas contabilizadas no grupo de contas denominado “Eventos/Sinistros conhecidos ou avisados”. No exercício de 2015, os valores totais foram de R\$ 562 mil (R\$ 482 mil em 2014).

4.15 Despesas administrativas

Conforme descrito no item 2.1, as despesas com administração da Entidade são contabilizadas do Plano de Gestão Administrativa, elas são rateadas entre a atividade de previdência complementar e a atividade de assistência à saúde. As despesas administrativas inerentes à atividade de assistência à saúde registradas no PGA são reembolsadas na sua totalidade. As despesas com administração dos planos de assistência à saúde administrados pela Fundação Libertas demonstradas na estrutura contábil exigida pela ANS:

	Em R\$ mil	
	2015	2014
Pessoal Próprio	4.265	4.223
Serviços de terceiros	498	533
Localização e funcionamento	821	891
Tributos	1.394	1.136
Despesas Diversas	69	117
TOTAL	7.047	6.900

4.16 Outras Informações

4.16.1 Outros Recebimentos e Pagamentos – Demonstração dos Fluxos de Caixa

Na Demonstração dos Fluxos de Caixa, consta registrado “Outros Recebimentos Operacionais” (R\$ 83.464 mil) e “Outros Pagamentos Operacionais” (R\$ 84.484 mil), tais valores referem-se a movimentação das aplicações financeiras e resgates, registradas em conta de custódia, para posteriormente serem destinadas aos Ativos Financeiros da Fundação.

5 EVENTOS MÉDICO HOSPITALARES

Em conformidade com a Resolução Normativa 290/2012, que estabelece que os registros de segregação das despesas com eventos em consultas, exames, internações, terapias, internações e outras despesas assistenciais devem ser preenchidos trimestralmente e submetidos a auditoria anual, foi incluído o seguinte quadro, com identificação das despesas no exercício de 2015:

	Consulta Médica	Exames	Terapias	Internações	Outros Atendimentos	Demais Despesas	TOTAL
Rede Própria:	-	-	-	-	-	-	-
Rede Contratada:	3.247	7.058	2.281	16.171	732	655	30.144
Reembolso:	123	19	87	40	1	12	282
Intercâmbio Eventual:	-	-	-	-	-	-	-
TOTAL:	3.370	7.077	2.368	16.211	733	667	30.426

Em R\$ mil

6 GERENCIAMENTO DE RISCO

A Fundação Libertas está exposta a diversos riscos inerentes à natureza de suas operações. Dentre os principais fatores de risco que podem afetar o negócio da Entidade, destaca-se o Risco de Crédito.

O Risco de Crédito é associado à possibilidade do não recebimento de valores faturados aos seus clientes e é atenuado pela possibilidade legal de interrupção do atendimento aos beneficiários de planos de saúde após determinado período de inadimplência.

A Entidade também está sujeita a risco de crédito associado às suas aplicações financeiras. Esse risco é minimizado pela restrição de suas operações a instituições financeiras consideradas de primeira linha pelo mercado e concentração das aplicações em títulos de renda fixa com vencimento no curto prazo.

7 INSTRUMENTOS FINANCEIROS ATIVOS E PASSIVOS

Os instrumentos financeiros da Fundação estão restritos às aplicações financeiras e recebíveis, sendo os ganhos e perdas obtidos nas operações integralmente registrados de acordo com o regime de competência.

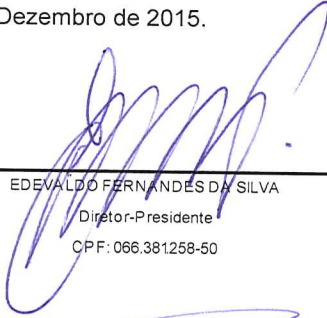
Os instrumentos financeiros da Fundação foram reconhecidos e encontram-se classificados conforme abaixo:

- Recebíveis: encontram-se nesta categoria os créditos de operações com planos de assistência a saúde, os créditos não relacionados com plano de saúde da operadora e provisão para perdas. São reconhecidos pelo valor nominal de realização.

- b) Aplicações financeiras: estão demonstradas pelo custo de aquisição mais rendimentos auferidos até 31 de dezembro de 2015, e estão ajustados à valor de mercado.

8 INFORMAÇÕES FINAIS

Estas notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras da FUNDAÇÃO LIBERTAS DE SEGURIDADE SOCIAL – Relativas aos Planos de Assistência à Saúde - Modalidade de Autogestão, de 31 de Dezembro de 2015.



EDEVALDO FERNANDES DA SILVA
Diretor-Presidente
CPF: 066.381.258-50



EUGENIA BOSSIFRAGA
Diretora Administrativa e Financeira
CPF: 645.372.346-87 0



CLÁUDIA FERREIRA V. M. DA CUNHA BALULA
Diretora de Seguridade Social
CPF: 834.929.687-910



VANDER JOSÉ RESENDE OLIVEIRA
Gerente Contábil e Tributário
CPF: 014.037.246-60
CRC/MG – 092.660/O-4



FLÁVIA NERISANTOS
Contador
CPF: 065.660.256-26
CRC/MG 099.393/O-0

